

# O papel do Fórum

A definição dos tópicos prioritários a serem debatidos no Fórum Nacional de Debates, já objeto de decisão das lide ranças partidárias, é um sinal bastante razoável de que o Congresso está dis posto a tratar a questão com a necessária urgência. Estão inscritos como ações preliminares os esforços para formação de consenso em torno da política salarial, do Plano de Benefício e Custeio da Previdência e a regulamentação do sistema financeiro. Como proposta inicial, o temário atende à expectativas, devido à projeção de semelhantes questões na vida nacional e aos interesses abrangentes que despertam na sociedade.

Mas o desate do impasse nacional certamente exige abordagem bem mais ampla, para incluir reformas indispensáveis à modernização da economia, des mobilização do Estado como agente empresarial, atualização da Carta às mudanças já operadas sobre o plano da realidade mundial e abertura para o aperfeiçoamento tecnológico. É certo que o Congresso não terá a pretensão de substituir-se ao Executivo na elaboração das políticas respectivas, cuja articula-

ção, no regime presidencial, cabe sem dúvida ao Presidente da República. Não está contudo impedido de examinar e debater os candentes dilemas do País.

Como se sabe, o Fórum Nacional de Debates é uma tentativa destinada a encontrar o ponto de convergência das diversas vertentes do pensamento político para respaldar pelo consenso um projeto de salvação voltado à sociedade brasileira. Por meio do Plano de Reconstrução Nacional, o presidente Collor definiu as linhas básicas de um programa político, econômico e social de largo espectro, embora sem descer a detalhamentos. Trata-se de um roteiro que cumpre ser examinado, debatido e decantado, conforme o próprio interesse governamental, para que se transforme finalmente em instrumento legal de ação. O importante é que a representação política do povo, encarnada no Poder Legislativo, se posicione de forma consciente, a fim de deliberar quando chegar a hora de examinar as propostas legais de iniciativa do governo. Não há certamente outra forma de se encontrar soluções consensuais.